

# **E Depois de Tânger? O Cativo do Infante D. Fernando: A Construção da Imagem de um Santo**

## **– Dina Amorim Fernandes**

### **Resumo**

Utilizando diversas fontes históricas e textos historiográficos, o presente trabalho visa estudar um pouco mais a vida do Infante D. Fernando, popularmente conhecido como “Infante Santo”. Analisando o que foi a campanha militar que gerou o cativo do Infante, as informações contidas na sua biografia escrita por Fr. João Álvares, o impacto que este testemunho teve em Portugal e noutros reinos da Europa, procuramos chegar ao processo de construção da imagem de santidade de D. Fernando.

**Palavras-chave:** Infante Santo; Ínclita Geração; hagiografia.

### **Abstract**

Using various historical sources and historiographical texts, this paper aims to study a little more the life of Prince Fernando, popularly known as "Holy Infant". Analyzing what was the Military Campaign which led to the captivity of the Prince, the information contained in the biographical work of Fr. João Álvares, the impact that this witness had in Portugal and other European kingdoms, we tried to understand the process of building an image of Fernando's holiness.

**Keywords:** Holy Infant; Illustrious Generation; hagiography.

### **Introdução**

Cheio de Deus, não temo o que virá  
Pois, venha o que vier, nunca será  
Maior do que a minha alma.<sup>1</sup>

É assim que o poeta Fernando Pessoa descreve o que sentiria o Infante D. Fernando quando estava cativo no Norte de África. Infante ‘Santo’, mártir da fé e da pátria, é assim que é conhecido este Infante da casa de Avis, cuja história de vida tem comovido investigadores e leigos ao longo dos tempos. Aparentemente dotado de uma fé e alma inabalável, tudo este Infante teria suportado por amor ao reino de Portugal e

---

<sup>1</sup> Fernando Pessoa, “D. Fernando, Infante de Portugal”, *Mensagem* (Lisboa: A Bela e o Monstro, Edições Lda., 2011), 34.

para contribuir para a expansão da fé e do exemplo do Cristianismo. Foi essa a versão tradicional propagada ao longo dos tempos.

A Dinastia de Avis (1385-1580) foi determinante na monarquia portuguesa. Dotada de um carácter emblemático, ainda hoje é recordada pelo povo com carinho, sobretudo quando nos detemos a analisar a “Ínclita Geração”,<sup>2</sup> os filhos de D. João I, destacados pela sua sabedoria, devoção e capacidade militar. Esta geração marcou o início de um novo tempo para o reino de Portugal pelas viagens e conquistas nos territórios além-mar, abrindo rumos de navegação e tornando o país conhecido como uma potência exploradora, imagem que mais tarde se veio a afirmar.

Do casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre resultaram oito filhos: D. Branca (1388-89-?), D. Afonso (1390-1400), D. Duarte (1391-1438), D. Pedro (1392-1449), D. Henrique (1394-1460), D. Isabel (1397-1471), D. João (1400-1442) e D. Fernando (1402-1443), dos quais apenas seis chegaram à idade adulta (D. Branca e D. Afonso morreram muito cedo).

A literatura contribuiu fortemente para a construção da imagem mítica e messiânica desta família. Exemplo disso são também os versos que nobilitam estes Infantes pela escrita poética de Luís Vaz de Camões na sua epopeia no século XVI. A nobreza de Portugal passava pelos feitos no alto mar, pela descoberta de novos mundos e isso remontava ao reinado de D. João I, que teria dado início a este fenómeno. Todos os seus filhos tiveram um papel importante nesse processo e também D. Fernando é enaltecido na obra de Camões, sendo descrito como pessoa humilde e de enorme alma, que de boa vontade se entregava por amor a Deus e à Pátria:

Viu ser cativo o sancto irmão Fernando/  
Que a tão altas empresas aspirava/  
Que por salvar o povo miserando/  
Cercado, ao Sarraceno s’entregava (...)/  
Quis mais a liberdade ver perdida (...)  
Ao captiveiro eterno se convida (Canto IV, Estrofe 52,53).

A historiografia portuguesa trabalhou ao longo do tempo temas diversos quanto a este período da História de Portugal, mas foi sobretudo estudado pelos historiadores durante o regime do Estado Novo em Portugal (1933-1974). Esta geração foi estudada por historiadores e teóricos de um regime totalitário, católico, que defendia a forte ocupação das colónias ultramarinas, a identidade nacional e a soberania da Pátria. Figuras como D. Nuno Álvares Pereira, D. João I, o Infante D. Henrique e o Infante D. Fernando foram utilizadas para fomentar e solidificar aquela ideologia, apelando à

---

<sup>2</sup> Esta expressão que caracteriza os filhos de D. João I foi atribuída por Luís Vaz de Camões na sua obra “*Os Lusíadas*” no Canto IV, estrofe 50 da obra.

memória nacional do povo português, educando as novas gerações naquilo que se considerava ser um “bom português”, exemplo nacional de notável carisma.

Não é difícil de entender porque é que D. Fernando despertou interesse, nem porque o denominavam como o “Benjamim de D. João I”,<sup>3</sup> “Infante Santo”, ou ainda afirmavam que ele era o modelo a seguir para a juventude portuguesa em formação:

Não terá Deus reservado para os nossos dias e a esta sociedade tão ansiosa de reconstrução, não tanto económica e política, quando principalmente moral, o soberano exemplo deste modelo incomparável que contribuiu para o rejuvenescimento da pátria (...) Santo herói de Tanger, a juventude portuguesa teria encontrado o seu verdadeiro – por mais adequado – modelo.<sup>4</sup>

Mas quem era D. Fernando? O que sabemos dele? Qualquer estudo realizado sobre a vida deste Infante nos remete para o Tratado escrito sobre a sua vida por Frei João Álvares (entre 1551- 1560), um registo biográfico do Infante.<sup>5</sup> Sabe-se que nasceu a 29 de setembro de 1402, em Santarém e veio a morrer a 5 de junho de 1443, em Fez, aos 40 anos. Foi o oitavo filho de D. João I e D. Filipa de Lencastre. É popularmente conhecido como “Infante Santo”, devido aos sofrimentos que passou e à imagem que tradicionalmente se fomentou dele. Este carácter miraculoso foi associado ao Infante desde logo pelo seu nascimento; nasceu no dia de S. Miguel em setembro e o seu nascimento teria sido fruto de um milagre de proteção divina; além disso, a sua saúde débil e a força com que enfrentou diversas dificuldades indicariam o seu carácter prodigioso. Diz-se que sempre foi um crente fervoroso, de espírito culto e forte, homem letrado e dedicado à leitura, com uma considerável biblioteca. Recebera como herança o mestrado da Ordem de Avis e era proprietário da vila de Salvaterra de Magos e de Atouguia da Baleia. Foi um forte entusiasta da continuação da intervenção de Portugal no Norte de África, nomeadamente em Tânger. Segundo afirma Rui de Pina, queria ser armado cavaleiro e enriquecer com a campanha e honrar a memória de seu pai, D. João

---

<sup>3</sup> Domingos Maurício Gomes dos Santos, “A Última Carta do Infante Santo e a Falência do Seu Resgate”, *Anais da Academia Portuguesa da História*, Série II, vol. 7 (1956): 11. Denominar assim D. Fernando tem um amplo sentido quando relacionamos esse termo com a Bíblia. Benjamim era o filho mais novo e muito amado de Jacob, que se apagou muito a ele depois da morte (na verdade venda) de José para o Egito. É atribuir valor incomparável a este Infante pois Benjamim era um filho honrado e querido por todos. É importante referir que Domingos Maurício Gomes dos Santos (1896-1978) foi um conceituado historiador e padre jesuíta, tendo dedicado parte do seu trabalho e investigação ao tema do Infante Santo e do desastre de Tânger (outras obras do mesmo autor são citadas na lista de bibliografia final).

<sup>4</sup> Domingos Maurício Gomes dos Santos, “O Infante Santo e a Possibilidade do Seu Culto Canónico”, *Revista Brotéria*, vol. IV, fasc. III e IV (1927): 135.

<sup>5</sup> João Álvares, *Fr. João Álvares - Obras: Tratado da Vida e Feitos do Muito Virtuoso Sor Infante D. Fernando* (Coimbra: Acta Universitatis Coninbrigensis, 1960), I.

I ao continuar a sua obra. Sabe-se que o infante escreveu o seu testamento antes de partir na expedição para o Norte de África, em 1437. Ficou cativo juntamente com alguns companheiros no Norte de África, sendo levado de Tânger para Arzila e de Arzila para Fez. Sofrendo juntamente com os seus companheiros, sempre rezou e os animou durante todo o sofrimento que passaram na mão dos muçulmanos, mas adoeceu e em 1443 acabou por falecer. A sua 'santidade', segundo Fr. João Álvares, era evidente para todos, até mesmo para os muçulmanos, que na hora da sua morte puderam ver que se tratava de alguém com uma forte conexão ao divino, alguém que seria pacífico e fervoroso em orações. O seu percurso de vida indicaria uma forte semelhança com Jesus Cristo, como mais à frente iremos analisar. A sua história e o final da sua vida acabaram por legitimar a dinastia de Avis como conquistadora e de certa forma vieram afirmar o "direito" dos Portugueses a prosseguirem as conquistas no Norte de África, pois o povo português havia perdido um tão distinto Infante na luta contra o inimigo da fé cristã.

Esta é a imagem de D. Fernando. Mas será esta imagem legítima ou será construída intencionalmente para nos condicionar? Se considerarmos que sim, como se construiu essa imagem? Seguiu algum modelo? Surtiu efeito e influencia a nossa visão sobre esta personagem histórica? Este trabalho propõe explorar tais questões, refletindo sobre o que foi a campanha militar de Tânger: opiniões, factos e consequências; analisar atentamente a obra de Fr. João Álvares, as informações nela contidas e o impacto da mesma até aos nossos dias.

## **1. Campanha Militar de Tânger (1437): Opiniões, Factos e Consequências**

Ao tomar Ceuta em 1415, Portugal iniciara um projeto de expansão para o Norte de África.

Em 1436 coloca-se um dilema: deveria ou não Portugal prosseguir a sua expansão no Norte de África? Para consolidar a sua presença no território, tornava-se aliciante para Portugal conquistar a cidade de Tânger: "um ótimo porto de mar e uma situação estratégica privilegiada, perto do estreito de Gibraltar, na costa atlântica".<sup>6</sup> Contudo, planejar uma campanha militar para este alvo estratégico, reunir exército e fundos, conseguir uma opinião consensual, ponderar prós e contras de tal expedição não seria fácil para D. Duarte (que reinava desde 1433). Não era possível tomar de

---

<sup>6</sup> Luís Miguel Duarte, "África", Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dirs.), *Nova História Militar de Portugal* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2003), I, 419.

ânimo leve a decisão de avançar para Tânger. Também não era uma decisão que o monarca pudesse tomar sozinho; por isso mesmo em 1436, D. Duarte convocou cortes gerais para sondar a opinião dos estados e dos notáveis do reino sobre a possibilidade de Portugal avançar numa nova conquista. Em 1436 o Papa Eugénio IV fez chegar ao reino por D. Gomes, abade de Florença, uma Bula de Cruzada, autorizando os portugueses a prosseguirem numa possível expedição, dando a entender que “a guerra é legítima, caso se convertam os muçulmanos e se pregue o evangelho”.<sup>7</sup> Esta passou a ser a opinião do clero português.

Os conselheiros do rei estavam divididos. O Conde de Arraiolos, D. Fernando (neto de D. João I por ramo ilegítimo da família), era contra a campanha: na sua opinião, Portugal não tinha estruturas para encetar tal empresa naquele momento. O Conde de Ourém, D. Afonso, seu irmão, concordava em dar apoio a Castela na luta contra os muçulmanos de Granada, contudo pensava que não se devia avançar para Tânger; se Portugal prosseguisse nesse sentido seria necessário pedir ao povo o pagamento de mais impostos, que este não iria suportar. Estas distintas opiniões sobre a situação de Portugal no Norte de África são ainda mais notórias quando nos detemos a analisar as opiniões dos Infantes da casa de Avis: se de um lado D. João e D. Pedro eram mais reservados nas suas expectativas sobre a expedição e o cenário que viam não parecia ser assim tão exaltante, D. Henrique e D. Fernando afirmavam convictamente que Portugal deveria avançar na expedição. Vejamos agora o parecer de D. João: à semelhança de D. Fernando, D. João não tinha participado na tomada de Ceuta em 1415, nem tinha sido armado cavaleiro; para ele a campanha não era viável e seria uma hipocrisia afirmar que a guerra se faria por motivos religiosos, uma vez que a Bíblia recomenda a evangelização, não a morte do inimigo; se a campanha fosse encetada por motivos económicos e busca de riqueza, não seria mais do que uma ilusão, na medida em que se podia prever que as perdas seriam maiores que os ganhos muito incertos; apesar disso D. João não parecia ter uma opinião clara, não a declarando expressamente. D. Pedro parece mais seguro e pessimista relativamente à campanha: o reino não tem condições económicas e financeiras para financiar tal expedição; além disso o panorama internacional não estava favorável para que Portugal pedisse um empréstimo; acrescenta ainda que Portugal não teria como povoar o Norte de África; seria de suspeitar que Tânger fosse o próximo alvo dos portugueses, logo o exército

---

<sup>7</sup> Hugo Daniel Rocha Gomes da Silva Moreira, *A Campanha Militar de Tânger (1433-1437)*, [Dissertação de Mestrado], (Universidade do Porto, 2009), 31.

muçulmano estaria prevenido para um possível ataque; para terminar (fazendo salientar os rumores da relação não amistosa de D. Pedro e D. Henrique) a opinião do Infante D. Henrique não deveria ser tomada em conta. Mas o que pensava D. Henrique? Sendo um dos maiores defensores da expedição, afirmava entusiasticamente o ideal de cruzada, que deveria animar os portugueses a lutar com alegria pela causa “santa”, sem medo, combatendo de frente o inimigo da fé. Contava com o apoio do seu irmão D. Fernando que, segundo nos narra Rui de Pina na Crónica de D. Duarte, teve uma conversa com o seu irmão sobre os seus anseios quando se encontraram em Almeirim: queria mostrar que era um digno filho de D. João I, honrando no Norte de África a sua família e o reino; queria ser armado cavaleiro, pois não o fora em 1415; desejava aumentar o seu património; além disso a guerra ao “infiel” muçulmano seria justificada perante Deus, na medida em que se luta por expandir os domínios da Cristandade. Para terminar, segundo relata Rui de Pina, D. Fernando teria feito uma espécie de chantagem psicológica com o seu irmão, ameaçando-o de que se a campanha não fosse realizada iria para outro reino da Cristandade. Terá sido eficaz esta conversa que D. Fernando teve com o rei D. Duarte pois D. Fernando era muito chegado ao irmão e um dos seus conselheiros pessoais.

O papel da rainha D. Leonor, aliciada por D. Henrique e D. Fernando para convencer D. Duarte a autorizar a campanha a Tânger, com a promessa de que os Infantes iriam adotar o sobrinho, D. Fernando (filho dos monarcas) fazendo-o herdar os seus bens, foi fundamental em todo este processo. Tal atitude da rainha levou a que alguns a considerassem como manipuladora, como Oliveira Martins,<sup>8</sup> que deu um sentido novelístico a este episódio da história de Portugal. Todo este “teatro” montado em torno de D. Duarte acabou por pressionar o rei na sua decisão favorável à expedição, embora sempre com muitas dúvidas e apesar de a maioria manifestar um parecer negativo. A decisão estava assim validada e havia que organizar a logística da expedição. Nesse sentido, D. Duarte formulou um plano detalhado dos procedimentos a ter em conta na campanha.

Assim partiu a armada portuguesa de Lisboa a 22 de agosto de 1437, chegando a Ceuta no dia 26 de agosto, passados 4 dias. Seria de esperar da expedição um número de 14 000 homens. No entanto:

foram 3500 homens de armas a cavalo, 500 besteiros montados, 2500 besteiros desmontados, 7000 peões e 500 criados, estes últimos não fazendo parte do contingente

---

<sup>8</sup> Joaquim Pedro Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I* (Lisboa: Guimarães, 1973).

militar (...) Contudo ao analisarmos estes números, verificamos que era impossível levar 4.000 cavalos nos barcos. (...) Dos 14.000 que estavam estimados, já contando com os que viriam nos barcos fretados pelo reino, somente 8000 partiram para Tânger. D. Henrique deu pela falta de soldados, mas, obstinado, continuou com o projeto. Faltavam barcos que traziam soldados das regiões germânicas, Inglaterra, Flandres e França.<sup>9</sup>

Partiram três Infantes: D. Pedro, D. Henrique e D. Fernando; D. João ficaria no Algarve para prestar auxílio, se necessário. Os planos de D. Duarte não foram respeitados por D. Henrique. Chegando a Tânger tudo parecia correr mal (como se esperava) aos portugueses: “traídos” pelo clima, falta de alimentos e falta de condições favoráveis, foram fácil e rapidamente derrotados. Em outubro de 1437 os muçulmanos entraram em acordos com os portugueses. Hugo Moreira faz uma síntese das negociações:

(...) deixavam ir livremente os portugueses, apenas com a roupa que traziam vestida; todo o material militar, assim como os cavalos e todo o equipamento militar que estavam no arraial eram dados aos mouros; a cidade de Ceuta tinha de ser entregue aos mouros, assim como todos os mouros que aí estivessem cativos; D. Duarte teria que estabelecer com eles, por mar e por terra, paz definitiva (...); Sallah Ben Sallah dá seu filho como garantia de segurança de embarque dos cristãos, sem que haja confrontos; como garantia da segurança do filho ficam reféns Pedro de Ataíde, João Gomes de Avelar, Rui Gomes da Silva e Aires da Cunha; como garantia da entrega de Ceuta, assim como todos os seus cativos, ficou refém o Infante D. Fernando.”<sup>10</sup>

De facto, Portugal estava “condenado” desde o início; até para sair de Tânger nada foi facilitado. “Contas finais: D. Henrique e D. Fernando estiveram 37 dias em Tânger, 25 a cercar, e 12 cercados”.<sup>11</sup>

O Infante D. Henrique, talvez por vergonha ou culpa não regressou de imediato à corte portuguesa, ficando em Ceuta durante algum tempo. Tentou negociar com os muçulmanos o resgate do seu irmão, mas em vão. Escreveu ao rei de Castela pedindo ajuda e também escreveu a D. Duarte que desde logo o mandou regressar a Portugal; assim o Infante refugiou-se no Algarve, mas não é certo se alguma vez voltou a encontrar-se com o seu irmão, D. Duarte, que pouco tempo depois veio a falecer.

Voltavam então os portugueses derrotados de Tânger; as perdas humanas eram consideráveis, os prejuízos económicos também; além disso, o orgulho português

---

<sup>9</sup> Moreira, *A Campanha*, 52-53.

<sup>10</sup> Moreira, *A Campanha*, 82-83.

<sup>11</sup> Duarte, “África”, 423.

estava ferido. A situação não era nada favorável para o reino de Portugal e o rei D. Duarte tem um novo dilema em mãos: entregar Ceuta ou libertar D. Fernando? A decisão não se esperava fácil ou de rápida resolução.

Para tentar resolver esta situação, D. Duarte convocou as Cortes de Leiria em 1438 para saber a opinião dos estados. Se a decisão de prosseguir para Tânger dividiu opiniões, essa divisão foi ainda mais acentuada quando as consequências da derrota da campanha militar tinham de ser debatidas. Não devemos julgar apressadamente D. Duarte pela sua necessidade de ponderação quanto ao assunto: era um ser humano com o seu irmão mais novo, que lhe era chegado e seu conselheiro, cativo pelos muçulmanos; por outro lado, era o rei de um reino, tendo consciência da importância das suas decisões. Valeria a pena abdicar de Ceuta – resultado do projeto de um estado em crescimento por causa do Infante D. Fernando? Valeria a pena entregar a praça que levava ao sacrifício de tantos portugueses para resgatar um Infante de saúde frágil e duvidosa? Era necessário saber como gerir a situação e negociar. Em resultado das Cortes de Leiria em 1438, surgem quatro partidos. Um defende a entrega de Ceuta para a libertação de D. Fernando: Portugal fez um trato com os muçulmanos e não o cumprir seria uma desonra; tem como partidários D. Pedro, D. João e alguns nobres, também alguns concelhos. Um segundo partido, liderado pelo arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra em representação do clero, defende que Ceuta era património da Cristandade: já existia um bispado ali. Um terceiro partido defende que era necessário evitar soluções extremadas, era preciso negociar: trocar cativos, fazer uma cruzada a Marrocos, tentar negociações. Por fim um quarto partido defende que em caso algum se deveria entregar Ceuta: era uma cidade demasiado importante para trocar por um Infante que fora preso na sua própria ganância; era dessa opinião grande parte da nobreza que estivera ou investira em Ceuta e tinha como porta-voz o Conde de Arraiolos, D. Fernando.

Entretanto nenhuma decisão foi tomada e a situação não se resolveu. D. Fernando obteve permissão por parte do chefe muçulmano para escrever para Portugal, a D. Pedro, em 1438, dizendo na carta enviada o seguinte:

Mui honrado Iffante Irmãao y amigo. Sempre pense ca antes da morte vos verja; mas non se aprageo Deos asi delho”, despedindo-se da seguinte forma “O mal ifortunado voso irmão mui amigo, o Iffante dom Fernando.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Santos, “A Última”, 12.

Desde logo se pode entender a profunda tristeza na forma de escrever do Infante D. Fernando, quando afirma que morrerá sem voltar a Portugal ou a encontrar-se com a sua família; além disso constata que não é um afortunado, ou seja, é alguém infeliz e descontente com a sua situação. Na sua opinião Ceuta deveria ser entregue pela sua vida e pela vida dos seus companheiros. Esta carta gerou ainda mais angústia em D. Duarte, que segundo chama a atenção Rui de Pina,<sup>13</sup> teria morrido de remorso e sentimentos de culpa, pouco depois dos acontecimentos narrados: “e porém a teençom em que os mais se affirmáram, que a EIRey causára sua morte, foy a desigual tristeza e continoa paixaaam que pella desaventura do socedimento do cerco de Tanger tomou”.<sup>14</sup>

Morreu em Tomar, a 9 de setembro de 1438 vítima de peste, num ambiente de solidão. No seu testamento ordenou que libertassem o irmão, mesmo que fosse preciso entregar Ceuta; o seu pedido acabou por não ser respeitado.

Morrendo D. Duarte um novo problema se adivinhava: a sucessão. O seu filho, D. Afonso, (futuro D. Afonso V) era ainda criança e na regência do reino, após muita controvérsia e tensões políticas, ficou o seu tio, o Infante D. Pedro. Como já foi referido, D. Pedro era partidário da libertação de D. Fernando, e de facto o Infante cativo escreveu ao irmão uma última carta em 1441, pedindo auxílio. Várias tentativas foram levadas a cabo para resgatar o Infante, mas nenhuma foi eficaz: foram intercetadas ou rejeitadas pelos muçulmanos. D. Pedro acabaria por se afastar do assunto e o próprio D. Fernando desde 1441 parece ter-se resignado à sua condição; pelo menos não se conhece mais correspondência deste Infante para Portugal até à sua morte. Terminam assim os relatos da “humanidade” de D. Fernando, iniciando-se a construção da figura do mártir e santo que se lhe associam e que passaremos a estudar.

## **2. O Cativo de D. Fernando: A Construção da Imagem de Um Santo**

Para uma análise da vida de D. Fernando, temos que nos deter no “Trautado da Vida e feitos do muito virtuoso Sor Infante D. Fernando”.<sup>15</sup> Foi redigido entre 1551-1460 por Fr. João Álvares, seu secretário, que cresceu na corte com o Infante e que esteve

---

<sup>13</sup> Rui de Pina (1440-1522) foi cronista-mor do reino nos reinados de D. João II e D. Manuel I. É sempre necessário utilizar cautela ao analisar os seus textos pois trata-se de uma fonte narrativa escrita para exaltar virtudes de alguém importante. Além disso alguns estudiosos criticam Rui de Pina pela sua deficiente narração de factos e acontecimentos que nos pode induzir em erro.

<sup>14</sup> Rui de Pina, *Chronica d'El Rei D. Duarte* (Porto: Renascença Portuguesa, 1914), 206.

<sup>15</sup> Álvares, *Fr. João*.

com ele cativo no Norte de África, sendo testemunha direta dos seus sofrimentos e dores ao longo daqueles anos.

João Álvares nasceu entre 1406-1408 em Torres Novas e morreu em 1490, provavelmente em Paço de Sousa. Desde os 10 anos foi moço da câmara do Infante D. Fernando. Em 1428 já era seu secretário. Acompanhou o Infante na campanha militar de Tânger em 1437, onde acabaria por ser feito cativo juntamente com D. Fernando e outros companheiros. Foi resgatado em 1448 por intermédio do Infante D. Pedro, depois de várias tentativas frustradas e anos após a morte de D. Fernando. Ao regressar a Portugal, ingressou na casa do Infante D. Henrique e posteriormente na Ordem de Avis. Tomou o cargo de abade do mosteiro de Paço de Sousa em 1461. Escreveu, por mando do Infante D. Henrique e do rei D. Afonso V, o Tratado, visto ter acompanhado de perto a vida e em especial o cativo de D. Fernando. João Álvares foi também produtor de textos teológicos e religiosos diversos. Entre 1467-1468 viajou até à Flandres com ordem da Duquesa D. Isabel (filha de D. João I e D. Filipa de Lencastre), para tratar da capela a construir em memória de D. Fernando na Igreja de Sto. António em Lisboa. Foi também a Roma em 1470 para tratar do mesmo assunto e dar a conhecer à Cristandade os seus escritos sobre aquele que considerava ser um senhor tão virtuoso, o Infante D. Fernando. É considerado um autor culto e com uma boa escrita, além de um bom tradutor de latim e um eclesiástico notável.

## **2.1. A Obra de Fr. João Álvares: Um Texto Hagiográfico**

A obra que escreveu sobre D. Fernando reflete a filosofia cristã tardo-medieval/moderna conhecida como *Devotio Moderna*. Para a propagação desta nova maneira de pensar foi muito importante a obra de Thomas Kempis “A imitação de Cristo” que defende um regresso ao início do Cristianismo, tendo em Cristo um exemplo, próximo da vida quotidiana do crente; defende a importância da leitura e da oração e a aplicação rígida de critérios morais no modo de viver de cada um; “devotio moderna (...) compreende-se pelo texto, mas mais ainda através da imagem (...) na santa humanidade de Cristo (...) convida insistentemente à partilha da cruz”.<sup>16</sup> Assiste-se a uma valorização da vida como preparação para a morte e vida eterna: esta só seria alcançada pela fé imutável em Jesus e também pela vida vivida moralmente. Há um ressurgir da devoção privada, da oração e da valorização do exemplo de Jesus Cristo como modelo de atuação e salvação a seguir. É importante valorizar quem vive uma

---

<sup>16</sup> Pierre Chaunu, *O Tempo das Reformas: 1250-1550* (Lisboa: Edições 70, 1973), 77.

vida digna e é importante que sejam reconhecidos os 'fiéis' como exemplo a seguir por outros cristãos. Valoriza-se o texto que relata a vida de tais exemplos: o texto hagiográfico.

Segundo Aires do Nascimento:

o texto hagiográfico medieval (...) acentua traços fundamentais como: a santidade é dom de Deus e, como tal, o nascimento do santo é rodeado de sinais que o revelam, a atuação do santo manifesta o poder e a grandeza de Deus, o santo é exemplo acabado de virtudes, ou por continuidade ao longo de toda a vida ou por conversão. (...) a partir do século VIII, existe uma relativa abundância de textos hagiográficos na Península (...) as obras hagiográficas tinham lugar de relevo nas bibliotecas particulares, como o tinham nas bibliotecas monásticas (...)<sup>17</sup>

Os textos hagiográficos eram bastante conhecidos, como por exemplo: a vida de S. Frutuoso, de S. Geraldo, de S. Teotónio e mais próximo de D. Fernando, de Joana d'Arc (século XIV). Além dos textos hagiográficos eram muito comuns os livros de milagres.

O texto escrito por Fr. João Álvares segue esta tipologia e segue muitas das regras modelo. D. Fernando teria tido um nascimento 'prodigioso': quando D. Filipa de Lencastre estava grávida sofreu vários contratemplos na sua saúde e foi-lhe mesmo sugerido que interrompesse a gravidez, porque a sua saúde corria risco. Mas ela recusou, argumentando que não queria ser assassina de alguém que era da sua própria carne; não se considerava no direito de tirar a vida a um ser humano que era seu filho. Arriscando a sua vida e a da criança, a gravidez prosseguiu com o consentimento de D. João I e D. Fernando nasceu. Tal episódio levou o autor a escrever:

E como temos experiência que maravilhosos fiis procedem dos naçimentos e começos milagrosos, assy aveeo que, ao tempo do concebimento deste Ifante (...) a muito virtuosa Rainha na morte do concebido filho nom quis outorgar.<sup>18</sup>

A criança nasceu, mas teve todas a vida uma saúde débil, contra a qual lutou e a qual só teria vencido por graça divina ao longo da vida:

de sseu naçimento trouve este Ifante grandes doenças e muy aficadas, que o nom leixarom de perseguir ataa idade de XXV anos, das quaes foy per vezes em priigo de morte (...) en toda sua vida teve conthinuadamente door de coração, pola qual cousa

---

<sup>17</sup> Aires Nascimento, "Hagiografia", Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (coords.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa* (Lisboa: Editorial Caminho, 1993), 307-310.

<sup>18</sup> Álvares, *Trautado*, 6.

Deus pos nele e conservou de muytas virtudes, entanto que mais quis semelhar a sua conversaçom angelica que humana.<sup>19</sup>

Contrariando as previsões de que morreria cedo, D. Fernando teria vivido uma vida notável, cheio de virtudes e sempre imitando o caminhar e o exemplo de Jesus Cristo, segundo afirma o seu secretário, enchendo o seu texto de referências Bíblicas.

O autor não relata muitos episódios concretos da vida do Infante (na verdade, praticamente nenhuns) até ao episódio de Tânger e o seu cativeiro com os seus companheiros: as agruras, as deslocações (de Tânger para Arzila, de Arzila para Fez), os maus-tratos, os sentimentos e medos dos cativos, a relação com os muçulmanos, sendo os factos narrados com sequência lógica e cronológica.

Sabe-se que com o Infante D. Fernando estiveram também cativos (além de Fr. João Álvares), Rodrigo Esteves (seu amo), Fr. Gil Mendes (seu confessor), João Rodrigues (seu colaço<sup>20</sup>), Mestre Martinho (físico), Fernão Gil (guarda-roupa), João Borges (cozinheiro-mor) entre outros.<sup>21</sup> Estavam prisioneiros desde 1437 e alguns foram morrendo. Foram obrigados a trabalhar para o chefe muçulmano, Salla-ben-Salla; padeceram fome e foram maltratados; nos últimos 15 meses de vida, o Infante D. Fernando viveu em isolamento e recolhimento, o que teria aprofundado a sua devoção a Deus, salientado mais as suas virtudes e demonstrado o seu carácter.

Apesar de ter desanimado por diversas vezes, o Infante nunca teria duvidado na sua fé e sempre animou os seus companheiros, revelando-se extraordinariamente virtuoso segundo o *Trautado*. Para fazer o levantamento quer dessas virtudes, quer dos versículos da Bíblia presentes no texto, foi essencial conjugar dados presentes na obra de João Luís Inglês Fontes<sup>22</sup> com a minha investigação pessoal. (As referências sublinhadas dizem respeito aos versos bíblicos que consegui detetar ao longo do texto e que não constavam da análise de João Luís Fontes). Relacionando excertos do texto de Frei João Álvares com excertos bíblicos, foi possível chegar a algumas conclusões. As conclusões são apresentadas na Tabela 1.

---

<sup>19</sup> Álvares, *Trautado* 7.

<sup>20</sup> Colaço significa alguém que teve a mesma ama de leite.

<sup>21</sup> Álvares, *Trautado*, 26, 40.

<sup>22</sup> Fontes, *Percursos*, 272-275.

**Tabela 1.** Relação do Texto de Frei João Álvares com Excertos Bíblicos

<b>Capítulo do Tratado</b>	<b>Referência Bíblica</b>	<b>Aplicação</b>
Prólogo	João 14:6 <u>João 21:24</u>	Citação que diz que Jesus é “o caminho, a verdade e a vida” e por isso o autor se compromete a contar a verdade; além disso como o apóstolo João fala no seu texto sobre Jesus, o autor afirma que tudo vivenciou e relata, dando veracidade ao seu discurso.
Capítulo IV	<u>1 Coríntios 7: 1,7,8</u>	O texto apresenta D. Fernando como um homem virtuoso e dedicado ao serviço de Deus como bom cristão, guardando a sua virgindade e pureza, nunca tendo casado, como recomenda S. Paulo aos Coríntios que um homem de Deus deve fazer para poder dedicar-se ao serviço divino por completo.
Capítulo V	<u>1 Pedro 5:6,7</u> <u>Colossenses 3:8</u> <u>Efésios 4:29</u>	D. Fernando sempre se apresentava de espírito humilde e bondoso perante todos. Além disso o Infante evitava maus costumes e palavras ofensivas, não convenientes a um bom cristão.
Capítulo VI	<u>Mateus 25:35-40</u>	À semelhança do que Jesus ensinou aos seus discípulos, D. Fernando procurava fazer o bem a todos, mesmo aos mais pequenos e insignificantes.
Capítulo VIII	<u>Romanos 1:16</u>	D. Fernando não se envergonhava do evangelho, levando-o aos que não partilhavam da sua fé, aos ‘inimigos’.
Capítulo IX	<u>Romanos 13:13</u>	O Infante cuidava do seu corpo, evitando costumes prejudiciais que contaminassem o seu espírito, evitava o pecado da gula.
Capítulo X	<u>Êxodo 20:7</u> <u>Levítico 19:12</u>	Como um cristão temente a Deus e aos seus mandamentos, o Infante não jurava ou usava o nome de Deus em vão.
Capítulo XI	<u>Eclesiastes 12:14</u>	O Infante tinha sempre muito cuidado com o que fazia ou dizia pois, como diz em Eclesiastes, Deus há-de trazer a juízo tudo o que for feito ou dito, seja bom ou mau.
Capítulo XII	2 Timóteo 2: 3-4	O autor cita os conselhos do apóstolo Paulo a Timóteo, explicando que o Infante se dedicava às coisas de Deus por completo, não às do mundo que o rodeava.

Capítulo XV	João 15:13	O autor cita a passagem onde Jesus afirma que a prova do seu amor para com os seus amigos era dar a sua vida por eles, explicando que D. Fernando faria o mesmo pelos seus, sofrendo os mesmos trabalhos que eles.
Capítulo XVII	<u>Gálatas 6:9,10</u>	Apesar das circunstâncias adversas, o autor da crónica afirma que D. Fernando continuava nas suas orações e fazendo o bem a todos, em todo o tempo, esperando a recompensa vinda de Deus, sem se cansar.
Capítulo XXI	Mateus 27:29,30 Isaías 50: 6,7	Tal como aconteceu com Jesus, o Infante foi maltratado e insultado, juntamente com os seus companheiros, durante a viagem.
Capítulo XXVI	Génesis 3:17	O Infante teve de trabalhar, como era mandamento divino desde Adão.
Capítulo XXVIII	João 17 Mateus 5: 43-45	D. Fernando pedia a Deus e orava pelos seus companheiros como Jesus fez e mais uma vez pedia pelos seus inimigos e por quem o maltratava.
Capítulo XXXI	<u>Êxodo 12: 21-30</u> <u>Atos 2:44</u>	Tal como aconteceu no Egipto com o povo de Israel, passaram peste e doenças sobre a terra mas não tocaram os tementes a Deus. O Infante e os seus companheiros viviam como os apóstolos do novo testamento, em comunidade (embora neste caso não fosse algo voluntário).
Capítulo XXXIII	João 18:11	Tal como Jesus na sua dor e agonia pediu ao Pai para fazer a sua vontade, o Infante pedia a Deus o mesmo.
Capítulo XXXVII	<u>Job 1:21</u> Job 3:25	Apesar de tudo, o Infante aceitava que tudo teve e tudo estava a perder, mas mantinha a sua fé.
Capítulo XLI	Lucas 22:42	Por fim o Infante aceitou a vontade de Deus, como Jesus fez também. Até na morte o Infante se revelou fiel.
Capítulo XLV	Salmo 7:16	Citação deste versículo que diz que a dureza dos muçulmanos terá a sua recompensa/castigo de Deus.
Capítulo XLVII	Apocalipse 6:10	Citação deste versículo que diz que o sangue dos justos pede justificação e terá a sua vingança.
Capítulo LII	<u>2 Reis 4: 1-7</u> <u>João 6: 1-13</u>	Os mantimentos foram multiplicados a uma senhora (Beatriz), tal como aconteceu com o azeite da viúva, tal

		como os milagres da multiplicação dos pães e peixes com Jesus no Novo Testamento.
Capítulo LIII	Salmo 79: 2,3 <u>Romanos 13:7</u>	Citação que afirma que tudo era destruição mas não ficaria assim. Ao escrever este tratado o autor está a dar “honra a quem honra”, prestando uma homenagem ao Infante.

Parece bastante claro que estamos perante uma obra que segue um modelo de escrita e foi construída com uma intenção: mitificar a imagem de D. Fernando, associando-lhe a denominação de Santo. É apresentado como um ser incorruptível, perfeito, que nunca errou na sua vida e que sempre seguiu as indicações da Bíblia. É de salientar que em quase todos os capítulos existe uma referência direta/indireta a passagens bíblicas, o que confere autoridade ao texto e poder validar a informação narrada. Confirma-se que a obra se insere na corrente de pensamento da *Devotio Moderna*. Como chama a atenção João Luís Fontes, o evangelho mais citado e comparado com a vida do Infante D. Fernando é o evangelho conhecido como o do apóstolo João (também conhecido como S. João). É essencial entender que Fr. João Álvares tenta comparar em diversos contextos e situações, o Infante D. Fernando com Jesus. No evangelho de João, Jesus é apresentado como o Salvador próximo da Humanidade pecadora, amigo dos seus discípulos, conselheiro, tal como o Infante com os seus companheiros; Jesus é apresentado como alguém atento ao mundo que o rodeia, aplicado na oração, desperto para socorrer as necessidades dos outros, e o autor do tratado descreve D. Fernando como alguém igual a Cristo, um santo. Assim como Jesus lutava contra Satanás, o inimigo, D. Fernando tinha de lutar contra a maldade do “infiel” muçulmano; D. Fernando teria sentido dor e angústia antes da sua morte e partilhou isso com os seus companheiros, tal como Jesus sentiu no Getsêmani angústia e a partilhou com os seus discípulos. Também assim como Jesus fora cuspidor, escarnecido, o Infante também o foi, inclusive na sua morte (o corpo do Infante foi exposto nos muros da cidade de Fez e maltratado, as suas entranhas ficaram num pote com os seus companheiros, como relíquias e as suas ossadas ficaram dentro de um ataúde nos muros da cidade de Fez). Como clérigo, Fr. João Álvares conhecia e dominava as escrituras: soube perfeitamente enquadrar milagres e exemplos de personagens bíblicas nos diferentes contextos e conforme as ideias que pretendia demonstrar; são de salientar também as referências abundantes às cartas que o apóstolo Paulo escreveu (como Romanos, 1ª de Coríntios, Gálatas, Efésios,

Colossenses e 2ª de Timóteo), uma vez que este é autor de uma grande parte dos livros do Novo Testamento e é considerado um grande teórico, pelos conselhos práticos para a vida quotidiana e moralidade dos cristãos. Logo, se D. Fernando seguia conselhos de Paulo, estava num bom caminho para a santidade. Outro aspeto importante é a forma como morreu D. Fernando: o Infante morreu em paz, morreu tendo uma visão da Virgem Maria e do Arcanjo S. Miguel, tendo uma visão do que almejava atingir: o paraíso e descanso junto a Deus. Tudo indica que após tanto sofrimento e uma vida dedicada, a felicidade de D. Fernando estaria em morrer, seguindo o que disse o Apóstolo Paulo em Filipenses 1:22 “Porque para mim, o viver é Cristo e o morrer é ganho.” D. Fernando tinha cumprido a sua missão de vida, até ao último segundo teria cumprido a sua vocação e chamamento divino.

É interessante salientar a linguagem utilizada pelo autor da obra. Descrevendo episódios da vida de D. Fernando e as suas atitudes, virtudes e feitos, não é dito que o Infante tentava não pecar ou tentava ser virtuoso. A mensagem é clara: D. Fernando nunca pecava, nunca errava, não deixando Frei João Álvares margem para dúvidas. Nunca nos devemos esquecer que há uma construção ideológica neste texto e existem regras definidas para a sua ‘validação’ perante os leitores do *Trautado*, que Fr. João Álvares respeitou: desde o nascimento prodigioso, vida virtuosa e conhecimento teológico, centralidade da figura de Cristo e semelhanças com a mesma, associando as características do texto hagiográfico com as ideias da cristandade de então.

## **2.2. Contradições e Coerência Entre o Tratado e Outras Fontes: Algumas Conclusões**

Sabemos que depois de regressar do cativeiro, Fr. João Álvares ficou sobre a proteção do Infante D. Henrique, que muito se interessou pelo que aconteceu durante o cativeiro do seu irmão. A obra produzida foi encomendada por ele e pelo seu sobrinho, o rei D. Afonso V. Sendo uma obra encomendada, desde logo se pode entender que provavelmente (como todo o texto encomendado) terá as suas contradições, irá ocultar ou exagerar alguns factos, pois é produzido intencionalmente. Isso poderá levar o leitor a questionar: o que não interessaria a Fr. João Álvares, a D. Henrique e D. Afonso V que se soubesse ou se escrevesse sobre a vida de D. Fernando?

O Infante é apresentado como um homem humilde e não ambicioso dos bens terrenos. Contudo, quando nos detemos a pensar sobre a conversa que Rui de Pina relata entre D. Fernando e D. Duarte quanto à campanha militar de Tânger, não é essa

a imagem com que ficamos dele, uma vez que se queixa que tem poucas posses e ambiciona em Tânger ser armado cavaleiro e aumentar os seus domínios:

e porque lhe parecia que com estas cousas, ainda em honrra, terras e rendas era desigual em muyta parte aos Infantes seus irmaaõs, mostrava de si grande descontentamento, e para abrir caminho de acrecentar mais seu Estado, falou hum dia, em Almeirim, a ElRey (...) eu nom som satisfecto; porque, posto que arrezoadamente seja abastado de mantimento, sey que som esfaymado da honrra e de meus proprios merecimentos pera aver.<sup>23</sup>

Além disso, no capítulo XII da obra é referido que D. Fernando era senhor de Salvaterra de Magos e Atouguia da Baleia, o que é confirmado pelo testamento do mesmo; contudo, o mestrado de Avis, os seus pertences e servos não são mencionados, pois interessava salientar um Infante despojado de bens materiais e a ordem de Avis era uma ordem de muita importância e riqueza.

D. Fernando é apresentado como alguém que sempre defendia a verdade e as maneiras correctas, mas na mesma conversa com D. Duarte ele faz pura chantagem psicológica com o seu irmão ao afirmar que sairá do país para servir ao Papa ou outro monarca, para enriquecer, caso D. Duarte não cedesse. Claro que esta conversa é omitida no *Trautado*, tal como o facto de D. Fernando ser partidário da expedição, como Rui de Pina nos relata, pois importa mostrar um D. Fernando como ‘vítima’ duma má decisão militar e salientar o seu interesse económico na campanha militar de Tânger não seria desejável, pois iria contra a imagem de despojo dos bens materiais que se procura desenhar.

Fr. João Álvares conta que D. Fernando muito se entristecia quando sabia notícias do reino, mais ainda quando soube da morte de D. Duarte. Contudo, aos episódios de tentativas de resgate (mesmo se fracassaram) e à correspondência que D. Fernando enviou para o seu irmão, o Infante D. Pedro, não foi dada muita importância (no sentido de informação muito detalhada). Sabendo que os últimos anos da vida de D. Pedro (que morreu em 1449) foram em conflito com o seu sobrinho, D. Afonso V, e sabendo que este e D. Henrique encomendaram a obra a Fr. João Álvares, percebe-se facilmente porque é que a ação de D. Pedro foi “esquecida”.

Nem tudo é contraditório. A 12 de Julho de 1441, em Fez, D. Fernando escreveu uma última carta para Portugal, a D. Pedro. Essa carta está transcrita no artigo de António Dias Dinis. O Infante explica que tem passado necessidades, está em grande

---

<sup>23</sup> Pina, *Chronica*, 109.

dor pois morreram alguns dos seus companheiros, existe peste na cidade marroquina; implora ao irmão que faça tudo o que puder para os resgatar:

e eu assi vos peço, por merce, que considereis, ssenhor, que nom somente me remireis o corpo, mas ainda a alma e que, segundo Deus e ssegundo o mundo, mais meritória obra nem virtuosa nom podeis fazer e de vossa honra e de todo o rregno, mormente pois ssom vosso irmão, e que ssabeis o por que iaço neste cativo, e que encaminheis com trigança meu livramento, de guisa que, por todas as maneiras e diligencias, eu nom me perca, como me parece que se uay ordenando, se Deus e vos me não acorreis com tempo.<sup>24</sup>

No *Trautado*, Fr. João Álvares também indica que o Infante se questiona sobre os motivos de tanto sofrimento e que escreveu para Portugal pedindo um resgate, descrevendo a situação que viviam, mostrando assim alguma fragilidade por parte de D. Fernando em momentos mais dolorosos da sua vida.

Existem evidentemente contradições, confirmações e ocultação ou omissão de factos na obra, mas salienta-se sempre a dicotomia entre D. Fernando humano e divino, ou seja: temos um D. Fernando que sente, que sofre, mas logo surge um outro que nada teme e sempre anima os outros, nunca falha, de alguém que, como analisa João Luís Fontes, foi “um santo, que estabelece a ponte entre céu e a terra, nessa dupla participação em dois mundos que marcara os seus gestos e atitudes (...)”.<sup>25</sup>

### **3. “Honra a quem honra” – Impacto do Testemunho da Vida de D. Fernando**

E assim, a 5 de setembro de 1442, no Norte de África morreu cativo D. Fernando. Como já vimos, a dor e o sofrimento do Infante dividiram a corte portuguesa, os próprios irmãos e teve impacto na Cristandade, a sua história foi conhecida um pouco por toda a Europa. Creio que nesse sentido, a obra de Fr. João Álvares teve um impacto notável. A ideia que sobressai no fim da obra é que D. Fernando padeceu muito, mas morreu honrado, pois sofreu injustamente e lutou pela causa santa sem falhar, como nos transmite o seu secretário. Sendo assim, para honrar a quem honra, não era suficiente ter escrito o Tratado, era necessário propagar este texto e honrar D. Fernando, tornando o seu testemunho de vida e morte mais conhecido; era necessário promover a devoção popular ao Infante Santo e contar os milagres que se experienciaram para que a sua virtude fosse conhecida.

---

<sup>24</sup> António Dias Dinis, “Carta do Infante Santo ao Regente D. Pedro Datada da Masmorra de Fez a 12 de Junho de 1441”, *Anais da Academia Portuguesa da História*, Série II, vol.15 (1965): 170.

<sup>25</sup> Fontes, *Percursos*, 196.

Nos capítulos finais do Tratado, o autor faz referências a alguns milagres que aconteceram tempos depois de D. Fernando ter morrido, como por exemplo: mesmo após 6 dias da sua morte, o corpo do Infante não tinha maus odores; quando o seu corpo foi enterrado nas ameas da cidade de Fez, os pássaros nunca lhe tocaram; algumas pessoas foram curadas (um frade franciscano de Santiago de Ceuta; um devoto da Igreja de S. Domingos em Lisboa; uma mulher residente em Pernes) por devoção a D. Fernando; a uma senhora chamada Beatriz Anes foi-lhe multiplicado o trigo. Como expõe João Luís Inglês Fontes:

este novo núcleo de milagres permanece profundamente tradicional, não ultrapassando os campos habituais da cura ou da multiplicação de bens (...) a realçar o facto de dois destes milagres se operarem graças à intervenção de religiosos ligados a duas prestigiadas instituições de observância mendicante, bastante apreciadas na época e ambas contempladas por D. Fernando no seu testamento (...).<sup>26</sup>

Maria Helena da Cruz Coelho escreveu:

cerca de uma dezena de milagres tiveram lugar (...) proclamavam a vitória da fé cristã e do seu mártir sobre o islamismo e os muçulmanos (...) derrotavam o inimigo pelas manifestações visíveis da supremacia da sua fé e pelo testemunho e poderes miraculosos de um santo mártir.<sup>27</sup>

Como já foi dito acima, as entranhas e o corpo de D. Fernando tinham sido separados. Fielmente, os seus companheiros, sobretudo Fr. João Álvares, tinham ficado responsáveis por guardar o pote que continha as suas entranhas, pois era uma relíquia e uma prova do seu sofrimento, um testemunho. Em 1451, ou seja, nove anos depois da morte de D. Fernando, depois de ter sido liberto e de ter regressado a Portugal, Fr. João Álvares chega a Santarém com as vísceras de D. Fernando e por ordem do rei D. Afonso V (sobrinho do Infante) estas são levadas para o mosteiro da Batalha, para descansar junto dos seus familiares, numa homenagem ao seu falecido tio. Quanto às suas ossadas, apenas após a tomada de Arzila e algumas negociações, estas chegam ao Restelo em 1473 (40 anos depois da morte do Infante) e foram levadas também para a Batalha. O povo ficou comovido com este acontecimento: “ouve-se, no momento, uma pregação em que o prior de S. Domingos, encomiando a virtude e santidade do Infante, arrancou lágrimas de todos os presentes”.<sup>28</sup> Tal como D. Fernando haveria pedido no

---

<sup>26</sup> Fontes, *Percursos*, 194-195.

<sup>27</sup> Maria Helena da Cruz Coelho, “Morrer Pela Fé e Pela Pátria: Um Modelo Hagiográfico”, *Revista Portuguesa de História*, t. XL (2008/2009): 224.

<sup>28</sup> Coelho, “Morrer”, 226.

seu testamento, várias missas e celebrações foram realizadas em honra da sua morte, tornando notório que a sua vida e exemplo não seriam rapidamente esquecidos.

Foi essencial o trabalho de cooperação de Fr. João Álvares com D. Isabel de Borgonha, irmã de D. Fernando. Entre 1467-1468, o secretário do Infante e D. Isabel encontraram-se na Flandres para falar da construção da capela em memória de D. Fernando na Igreja de Sto. António em Lisboa; em 1470 Fr. João Álvares esteve em Roma, promovendo os feitos de D. Fernando junto da cúria romana. É sabido que pela Europa se conhecia o desastre de Tânger e a morte do Infante Santo. Prova disso foi a peça literária escrita em Espanha por Pedro Calderón de la Barca no século XVII, sobre D. Fernando, de título “El Príncipe Constante”,<sup>29</sup> na qual de forma teatral se personifica D. Fernando como um herói que preferiu morrer a que Portugal entregasse Ceuta (mostrando uma visão claramente parcial e irreal da situação, mas era a maneira como aparentemente se propagava aquela memória).<sup>30</sup>

### **3.1. A Possibilidade de Canonização do Infante ‘Santo’**

Já vimos que a figura do Infante ‘Santo’ foi acolhida devotamente pelos portugueses e um pouco por toda a Europa. Contudo, a coroa de Portugal queria mais: a beatificação da sua figura, e para isso era necessário o parecer da Santa Sé e do Papa, para oficializar a situação e legitimar o seu culto.

Como explica Domingos Maurício Gomes dos Santos, “canonização é uma sentença definitiva e sem apelação, na qual o R. Pontífice declara que um servo de Deus pertence à Igreja triunfante, e permite ou impõe o seu culto a toda a cristandade. A beatificação é uma declaração menos solene da glória celeste de um servo de Deus”.<sup>31</sup> Existem certos passos a respeitar nestes processos teológicos e eclesiásticos; em 1634, o Papa Urbano VIII com a constituição “Coelestis Hierusalem” proibiu que fossem prestadas honras de canonização a qualquer ‘santo’ sem que a Cúria Romana o permitisse. Como sintetiza o mesmo autor:

---

<sup>29</sup> Sobre este assunto existe um artigo que pode interessar, mas não pude analisar para o trabalho: “*Do Muito Virtuoso Senhor Infante D. Fernando a El Príncipe Constante*” de Maria Idalina Rodrigues (disponível online).

<sup>30</sup> Seria interessante num próximo trabalho analisar em profundidade a obra de Calderón e também a reacção de Roma e do Papa Júlio II à visita de Frei João Álvares à cúria romana em 1470, bem como comparar o estilo de escrita e a ideologia de Frei João Álvares presentes na obra tratada e nas cartas que este escreveu e demonstram o seu pensamento. Também se poderia estudar a utilização da imagem de D. Fernando durante o período da Restauração no século XVII.

<sup>31</sup> Santos, “A Última”, 9-32, 35.

para o caso em que fosse possível provar a existência e tolerância do culto secular (...) até 1634, poderia obter-se da Sé Apostólica (...) beatificações ou canonizações (...) equipolentes. (...) A diferença essencial que discrimina a beatificação formal da equipolente, consiste em não se exigirem nesta milagres juridicamente comprovados, mas simplesmente a certeza, por fama, de culto imemorial e da heroicidade das virtudes ou do martírio do beatificado.<sup>32</sup>

Para o Infante Santo ser canonizado seria necessário provar a sua fama e martírio e o seu culto imemorial antes de 1634; nenhum dos requisitos seria difícil de comprovar pelas fontes e testemunhos que facilmente se encontrariam: o seu martírio foi real, pelo que contaram os seus companheiros e o culto prestado também, como demonstravam os relatos que afirmavam a reação emotiva do povo ao receber os restos mortais do Infante e também a construção da capela em sua homenagem.

A nossa tese é a seguinte: D. Fernando teve culto – ao menos não contestado – da última metade do século XV até pelo menos ao último quartel do século XVII, na Batalha, e muito provavelmente em Lisboa, ao menos no século XV.<sup>33</sup>

Ao lado do sepulcro de D. Fernando, por volta de 1680 existia uma capela com um altar e um pequeno retábulo com a imagem do Infante para os fiéis; nesse altar estava uma estátua do Infante no cativeiro; já vimos igualmente que D. Fernando recebia honras litúrgicas no aniversário da sua morte e noutras ocasiões (haveria até uma Bula de 1470, outorgada pelo Papa Paulo II a D. Isabel da , na qual se concediam indulgências a quem no dia da morte do Infante visitasse a Capela de Sto. António, junto à catedral de Lisboa, onde se celebraria uma missa).

No entanto a Santa Sé foi mais exigente nos requisitos para esta canonização. Apesar de alguma desconfiança quando à figura de D. Fernando como santo, foi-lhe sempre prestado culto imemorial, devoção e memória saudosa, mesmo se não oficialmente autorizado pela Santa Sé: era um herói nacional e cristão para Portugal.

## **Conclusão**

Nunca foi objetivo deste trabalho negar o carácter de D. Fernando ou menosprezar o seu sofrimento; menos ainda o de encontrar ‘culpados’ para o seu martírio. O maior objetivo deste trabalho passou por contextualizar a vida de D.

---

<sup>32</sup> Santos, “A Última”, 136-137.

<sup>33</sup> Santos, “A Última”, 142.

Fernando, e inevitavelmente falar da campanha militar de 1437 e questionar: e depois de Tânger? Entender sucintamente o que se passou durante o cativeiro do Infante D. Fernando e abordar criticamente a obra de Fr. João Álvares como registo biográfico de D. Fernando, a sua intencionalidade e capacidade de propagação. Acima de tudo, provar que de facto a obra referida é uma obra construída e guiada pelas luzes do pensamento do século XV e do ambiente religioso que se fazia sentir: estamos perante um texto hagiográfico, uma fonte histórica que deve ser questionada; estamos perante a construção da imagem de um 'Santo'. É importante não reduzirmos a análise às categorias de verdade/mentira com que podemos julgar um texto ou informação, na medida em que Frei João Álvares não era um historiador e não teria os mesmos conceitos com que podemos analisar a sua obra; era um hagiógrafo ao serviço de uma causa política da nova dinastia, que já tinha heróis, mas à qual faltava um santo.

Na conjugação de todos os factos e interpretações analisados, se pode entender que a figura de D. Fernando foi essencial na projeção de Portugal como país descobridor, valente, crente e legítimo.

É D. Fernando a completar a galeria dos retratos da «Ínclita Geração». Aos heróis guerreiros, aos letrados cortesãos, aos cavaleiros virtuosos da dinastia de Avis, D. Fernando acrescentará a valia suprema do mártir e do santo que se imolou pela fé e pela pátria.<sup>34</sup>

Com a sua morte, e sem o querer, D. Fernando acabou por fomentar o processo de expansão e descobrimentos para Portugal. No século XX, durante o regime do Estado Novo, a imagem do Infante Santo foi usada em manuais escolares como exemplo de humildade, serviço, fé e patriotismo. Gerações foram marcadas por esta imagem, assim como por outras personagens mitificadas da "Ínclita Geração", como o Infante D. Henrique.

Ainda hoje se fala do Infante Santo. Ainda hoje esta personagem está envolta numa nuvem de mito, mistério e diversas opiniões. Não existe uma única resposta à questão: quem foi de facto este Infante? Mas uma conjugação de informações e visões sobre esta tão distinta personagem histórica surgem, e muitas vezes são contraditórias entre si. Compete ao historiador analisar os factos, conjugar as fontes e refletir respeitosamente sobre o tema, sabendo mais sobre o Infante da casa de Avis, expondo

---

<sup>34</sup> Coelho, "Morrer", 226.

novas perspectivas de investigação sobre temas já aparentemente tão estudados. O tema mantém-se, por isso, em aberto.

## Fontes

### Impressas

Álvares, João. *Obras: Trautado da Vida e Feitos do Muito Virtuoso Sor Infante D. Fernando*. Coimbra: Acta Universitatis Coninbrigensis, 1960. Volume I.

Pina, Rui de. *Chronica d'El Rei D. Duarte*. Porto: Renascença Portuguesa, 1914.

Pina, Rui de. *Chronica d'El Rei D. Affonso V*. Lisboa: Escriptorio, 1901.

### Bibliografia

Amaral, Clínio de Oliveira. "As Discussões Historiográficas em Torno do Infante Santo". *Revista Medievalista*, Número 7, Ano 5 (2009). Acedido em 19 outubro de 2014.  
<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA7/medievalista-amaral7.htm>

Coelho, Maria Helena da Cruz. "Morrer Pela Fé e Pela Pátria: Um Modelo Hagiográfico". *Revista Portuguesa de História*. Tomo XL (2008/2009): 213-226.

Dinis, António Dias. "Carta do Infante Santo ao Regente D. Pedro Datada da Masmorra de Fez a 12 de Junho de 1441". *Anais da Academia Portuguesa da História*. Série II, Volume 15 (1965): 149-174.

Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano (dirs.). *Nova História Militar de Portugal*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2003. Volume I.

Fontes, João Luís Inglês. *Percursos e Memórias. Do Infante D. Fernando ao Infante Santo*. Cascais: Patrimonia, 2000.

Lanciani, Giulia e Tavavni, Giusepe (orgs.). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993.

Martins, Joaquim Pedro Oliveira. *Os Filhos de D. João I*. Lisboa: Guimarães, 1973.

Moreira, Hugo Daniel Rocha Gomes da Silva. *A Campanha Militar de Tânger (1433-1437)*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Porto, 2009.

Nascimento, Renata Sousa. "O Martírio do Infante Santo e a Expansão Portuguesa (Séc.XV)". S. Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPVH, 2011. Acedido em 19 outubro de 2014.  
[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299681615\\_ARQUIVO\\_O\\_MartiriodoInfanteSantoeaExpansaoPortuguesa.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299681615_ARQUIVO_O_MartiriodoInfanteSantoeaExpansaoPortuguesa.pdf)

Rodrigues, Maria Idalina. "Do Muito Virtuoso Infante DE. Fernando a El Principe Constante". *Via Spiritus*, 10 (2002): 39-80. Acedido em 12 de novembro de 2016.  
<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3465.pdf>

Santos, Domingos Maurício Gomes dos. "A Última Carta do Infante Santo e a Falência do Seu Resgate". *Anais da Academia Portuguesa da História*. Série II, Volume 7 (1956): 9-32.

Santos, Domingos Maurício Gomes dos. *D. Duarte e as Responsabilidades de Tânger: 1433-1438*. Lisboa: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

Santos, Domingos Maurício Gomes dos. "O Infante Santo e a Possibilidade do Seu Culto Canónico". *Revista Brotéria*, Volume IV, Fascículos III e IV (1927).

Serrão, Joel (dir.). *Dicionário da História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2000. Volume 2.